



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: CATAUTO CATAGUASES AUTOMÓVEIS LTDA	RECURSO
PROCESSO Nº 12229/2005/001/2005	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1543/2004	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVE	
PORTE: PEQUENO	

I – RELATÓRIO

A CATAUTO CATAGUASES AUTOMÓVEIS LTDA foi autuada em 03.06.2004 pela prática da infração grave tipificada no art. 19, § 2º, item 4, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02:

Art. 19(...)

§ 2º - São consideradas infrações graves:

(...)

4. emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas;

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 23.06.2009, pelo Vice-Presidente da FEAM, multa no valor de R\$ 3.193,36.

O autuado foi notificado da aplicação da penalidade de multa em 07.07.2009, sendo que o Ofício Nº 942/2009 concedeu o prazo de 20 dias para apresentação do Pedido de Reconsideração. Nesse sentido, o prazo venceria ao dia 27.07.2009. Mesmo considerando que a decisão de aplicação da penalidade de multa foi prolatada sob a égide do Decreto 44.844/2008, que concede o prazo de 30 dias para apresentação de Recurso (o que foi objeto de notificação ao autuado – vide fl. 71 – restando ele inerte), o documento de fls. 36/63 ainda restaria intempestivo, haja vista que a expedição do sedex se deu ao dia 10.08.2010.

Contudo, considerando o princípio do contraditório e ampla defesa, recebe-se o presente Recurso como tempestivo.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado em razão do empreendimento realizar a lavagem de veículos sem caixa separadora de água e óleo (fl. 03).

No Recurso, o autuado alega, em síntese, que:

4



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM



- O atual responsável pelo empreendimento possui total interesse em sua regularização, de modo a não causar qualquer dano ao meio ambiente;
- A caixa separadora de água e óleo não foi instalada em razão do desconhecimento da irregularidade;
- Apresenta projeto e cronograma de instalação da caixa separadora de água e óleo, conforme exigências legais;
- A cidade de Cataguases passou por uma enchente de grande proporções no ano de 2008, sendo que o estabelecimento autuado ficou completamente submerso, ocasionando a perda de todo o estoque e documentos fiscais, causando-lhe prejuízo financeiro;
- O empreendimento não tem condição econômica de realizar a instalação da caixa separadora de água e óleo e concomitantemente pagar a multa, considerando ainda que contratou um engenheiro para a regularização ambiental;
- Requer a exclusão da responsabilidade do requerente em razão da autuação ter ocorrido antes de sua entrada na empresa;
- Requer assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC para a regularização da situação ambiental do empreendimento, com a conversão da penalidade de multa em obrigação de construção da caixa separadora de água e óleo.

As alegações apresentadas pelo autuado não são capazes de descaracterizar a infração a ele imputada.

Não pode o autuado se eximir da responsabilidade que lhe é imposta, sob o argumento de desconhecimento da lei, uma vez que a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro estabelece que:

Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

Pelo princípio da inescusabilidade do desconhecimento da lei, há presunção absoluta de que seus destinatários a conhecem, de modo que não é possível deixar de cumprir a lei sob o pretexto de desconhecê-la ou ignorá-la, pois a todos obriga.

O fato do empreendimento ter sido responsabilidade de terceiro à época da autuação não exime o autuado da infração. Ao adquirir o empreendimento, o autuado passou a ser responsável pelos seus ônus e bônus. Ou seja, adquiriu o passivo ambiental já existente, relativo ao empreendimento. Caso entenda não ser responsável pela infração em tela, poderá usar do seu direito de regresso na esfera judicial contra quem entenda ser a pessoa responsável pela conduta em questão, porém não poderá se esquivar da responsabilidade ambiental.



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



As circunstâncias ambientais da localidade do empreendimento ou sua situação financeira não o eximem da obrigação de cumprimento da legislação ambiental.

Foi descumprido o art. 8º da Lei 7.772/80 e a Resolução CONAMA nº 273/2000. Não bastasse isso, foi descumprida também a Deliberação Normativa COPAM nº. 50, de 28 de novembro de 2001 (publicada em 15.12.2001), que estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis, dentre outras providências.

O art. 2º da referida Deliberação Normativa, em seu §2º, estabelece uma série de normas técnicas e medidas de controle ambiental que devem ser cumpridas pelos postos de abastecimento, e que, no presente caso, à época da autuação ainda não havia sido todas atendidas.

"Art. 3º.

(...)

§2º. Além da apresentação dos documentos exigidos pelo parágrafo anterior, os empreendimentos a que se refere este artigo deverão cumprir, para a obtenção da Licença de Operação, as seguintes medidas de controle ambiental, nos prazos respectivos, contados a partir da publicação desta Deliberação Normativa:

(...)

II – instalar válvulas de recuperação de gases nos respiros: 6 (seis) meses;

III – efetuar teste de estanqueidade em tanques subterrâneos instalados a mais de 10 anos: 6 meses, conforme NBR nº. 13.784;

IV – concretar pista da área de troca de óleo e da lavagem de veículos – 6 meses;

V – instalar Caixa Separadora de Água e Óleo – SAO na área de lavagem de veículos, troca de óleo – 8 meses;

VI – apresentar controle de manutenção dos SAO's: 12 meses;

VII – apresentar proposta de cronograma para troca dos tanques subterrâneos instalados há mais de 20 anos: 60 dias;

VIII - apresentar proposta de cronograma para troca dos tanques subterrâneos instalados há mais de 10 anos que após o teste de estanqueidade, constante do inciso III acusarem vazamentos: 60 dias;

IX – apresentar outorga de direito de uso de recursos hídricos, quando necessário;

X – apresentar projeto e cronograma de implantação de passeio na área do empreendimento com o objetivo de facilitar o trânsito de pedestres à frente do posto de combustíveis, aprovado pelos órgãos competentes (Prefeitura Municipal, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG ou Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER): 6 meses."



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



Vale ressaltar que desde 2000 há exigências expressas de adequação ambiental dos postos de combustíveis, com fixação de prazos para seu cumprimento. No entanto, em junho de 2004, ocasião da lavratura do auto de infração, o autuado ainda encontrava-se em situação irregular, em manifesto descumprimento das normas ambientais. O autuado, em quatro anos, não havia implementado todas as medidas de controle ambiental exigidas pela DN 50/2001. Portanto, correta a aplicação da multa no caso em voga.

O Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

Portanto, como não havia decisão administrativa definitiva neste processo em 26.6.2008, data da publicação do Decreto nº 44.844/2008, deve ser aplicada a nova norma, porque mais benéfica ao infrator.

Nos termos do Anexo I do art. 83 do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa aplicável neste caso é de R\$ 2.501,00.

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantida a multa aplicada, porém reduzindo o seu valor de R\$ 3.193,36 para R\$ 2.501,00, nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008 e art. 19, § 2º, item 4, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02.

Quanto ao pedido de assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta, o autuado deverá apresentar, no prazo de 30 dias, a proposta de medidas específicas para reparar o dano ambiental e corrigir ou cessar a degradação ambiental, com o respectivo cronograma físico-financeiro, visando à assinatura do instrumento, nos termos do art. 49, § 3º, do Decreto 44.844/2008.

Belo Horizonte, 18 de janeiro de 2012.

Autor: Daniel de Magalhães Pimenta Consultor Jurídico OAB/MG 98.643	Assinatura:
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura:

Maria da Lapa Gonçalves Arruda
Analista Ambiental / FEAM
MASP 1059325-9